

XIX encontro nacional
de pesquisa em
ENANCIB ciência da informação

// SUJEITO INFORMACIONAL E AS
PERSPECTIVAS ATUAIS EM CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO. //

22-26
OUTUBRO
2018
LONDRINA/PR



XIX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2018

GT-5 – Política e Economia da Informação

PRÁTICAS DOCUMENTÁRIAS EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS: QUESTÕES PARA O DEBATE SOBRE POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO

Thulio Pereira Dias Gomes (Universidade de São Paulo)

Marilda Lopes Ginez de Lara (Universidade de São Paulo)

DOCUMENTARY PRACTICES IN ACADEMIC LIBRARIES: QUESTIONS FOR DISCUSSION ON INFORMATION POLICIES

Modalidade da Apresentação: Pôster

Resumo: Aborda alguns dispositivos educacionais que orientam as políticas de educação superior e explora abordagens para uma proposta de políticas de informação para o desenvolvimento das bibliotecas universitárias. Consiste em um estudo exploratório que combina levantamento bibliográfico e coleta de dados. Propõe uma reflexão sobre a biblioteca universitária e sua função na educação superior brasileira considerando três dispositivos das políticas nacionais de educação para, em seguida, abordar suas práticas documentárias tendo como meta políticas de informação mais inclusivas. Verifica que o tradicional papel da biblioteca universitária, embora vise o apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão, pode privilegiar a avaliação sem observar convenientemente o fato de que as mudanças na conjuntura trazem outros desafios no que diz respeito às demandas informacionais da comunidade. Espera-se que a discussão avance no sentido de delimitar o significado das práticas documentárias em bibliotecas universitárias. Se por um lado, as políticas educacionais devem ser analisadas no que diz respeito aos efeitos sobre as políticas de informação para as bibliotecas universitárias, por outro, as práticas documentárias em bibliotecas devem ser formuladas em bases críticas a partir da análise da recepção dos alunos.

Palavras-chave: Bibliotecas universitárias. Educação superior. Políticas de informação.

Abstract: This paper discusses some educational dispositifs that guide higher education policies to explore approaches to propose information policies for the development of academic libraries. It is an exploratory study that combines bibliographic survey and data collection. It proposes a reflection about the academic library and its function in the Brazilian higher education considering three dispositifs of the national education policies. It discusses the documentary practices in academic libraries to propose inclusive information policies. It shows that the traditional role of the academic

library may privilege evaluation without properly observing that the changes in the situation bring other challenges regard to the informational demands of community. It is expected that the discussion will grow in order to delimit the meaning of documentary practices in academic libraries. If, on the one hand, educational policies should be analyzed with regard to the effects on information policies for academic libraries, on the other hand, documentary practices in library should be formulated on a critical basis from the analysis of the reception of students.

Keywords: Academic libraries; Higher Education; Policy Information.

1 INTRODUÇÃO

O tema deste trabalho diz respeito aos dispositivos de políticas de informação para bibliotecas universitárias das instituições de educação superior. O texto levanta questões que norteiam parte de pesquisa de doutorado em andamento sobre as práticas documentárias em bibliotecas universitárias e busca explorar abordagens que contemplem elementos para uma proposta de políticas de informação inclusivas.

Do ponto de vista metodológico, o trabalho consiste em um estudo exploratório que combina levantamento bibliográfico e coleta de dados. Parte de reflexão sobre o que caracteriza uma biblioteca universitária do ponto de vista organizacional e institucional e qual sua função no âmbito da educação superior brasileira. Apresenta, primeiramente, a noção de biblioteca universitária, discute sua missão considerando três dispositivos das políticas nacionais de educação para, em seguida, abordar as práticas documentárias da biblioteca universitária tendo como meta políticas de informação mais inclusivas.

2 BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA

Ao abordar a biblioteca universitária, é necessário reconhecer que há uma diversidade de instituições representadas por este termo, podendo-se afirmar que a variação denominativa é tão grande que pode tornar-se inapropriada em alguns contextos. Por essa razão, procuramos, primeiramente, delimitar o tipo de biblioteca universitária em análise neste trabalho.

O ordenamento jurídico brasileiro define três tipos de organização acadêmica das instituições de educação superior (IES): universidades, centros universitários e faculdades (BRASIL, 2017). O termo biblioteca universitária tem sido usado para se referir às bibliotecas de todas essas IES de organizações acadêmicas distintas, não refletindo necessariamente as distintas nuances institucionais e organizacionais em que estão inseridas.

Existem também diferenças na organização administrativa das IES. Há IES públicas, mantidas pelo poder público, nas formas federal, estadual e municipal, e IES particulares, que podem ser administradas por pessoas físicas ou jurídicas, com ou sem fins lucrativos.

Vale ainda observar que o termo biblioteca universitária combina dois termos, biblioteca e universidade, que podem representar diferentes compreensões do que sejam, ou deveriam ser, uma biblioteca e uma universidade. Tais concepções são expressas nos regulamentos das instituições de educação superior.

3 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO E BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA

A missão da biblioteca universitária pode variar conforme os contextos institucionais. No entanto, há, segundo Cunha (2010), um propósito fundamental que as caracteriza: a promoção do acesso ao conhecimento. O acesso ao conhecimento permite que o estudante, o professor e o pesquisador possam aprender no decorrer da vida acadêmica. A biblioteca universitária pode desempenhar, assim, uma função primordial na formação de sua comunidade de usuários.

O cumprimento da missão de formação da comunidade de usuários é condicionado por dispositivos de informação que regulam e estabelecem as práticas documentárias das bibliotecas universitárias. Entende-se por dispositivo de informação, “tudo aquilo que, como matéria informada, mediação maquínica ou passado instituído do mundo social, condiciona uma ação de informação, e pode atuar como variável causal na ocasião pontual de sua intervenção” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p. 5).

No Brasil, há, ao menos, três principais dispositivos que norteiam as práticas das bibliotecas universitárias: Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), o Plano Nacional de Educação (PNE) e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Esses instrumentos definem as políticas e orientam as ações para oferta de produtos e serviços das IES e de outras instâncias educacionais. Por consequência, as bibliotecas universitárias são reguladas por estes instrumentos.

A LDB atribui ao Governo Federal a prerrogativa de “autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar [...] cursos e instituições de educação superior” e de “assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar [...]” (BRASIL, 1996). A LDB cria uma vinculação direta entre o processo avaliativo e o processo regulatório em todos os níveis de educação, incluindo-se a educação superior (RISTOFF; GIOLO, 2006).

O PNE é um instrumento que estabelece diretrizes, metas e estratégias para as políticas educacionais no período entre 2014 e 2024. O plano representa um projeto de nação para o Brasil. Entre suas metas está o compromisso de aperfeiçoar a qualidade do ensino superior. (BRASIL, 2014).

O SINAES é um sistema que integra os espaços avaliativos da educação superior dentro do Ministério da Educação (MEC). Por meio de avaliações, o SINAES provê indicadores e informações para as instituições, os cursos e para a sociedade em geral (RISTOFF; GIOLO, 2006). Os instrumentos de avaliação do SINAES são utilizados para o credenciamento, recredenciamento, autorização e reconhecimento dos cursos de graduação no país (BRASIL, 2017; INEP, 2018a; 2018b; 2018c; 2018d). Os instrumentos de informação compreendem o censo da educação superior, o cadastro de docentes, o cadastro de instituições e cursos, etc.

Os três dispositivos acima constituem referenciais de qualidade para a gestão das IES. Cada vez mais eles têm sido usados para estruturar práticas visando a oferta de produtos e serviços a serem oferecidos pelas IES. A biblioteca universitária constitui um lugar de atenção especial durante a avaliação em função do peso do acervo de bibliografia básica e complementar na constituição dos conceitos de curso. Desse modo, os instrumentos de avaliação contribuem para a sedimentação da biblioteca universitária nas IES (OLIVEIRA, 2002; MAIA; SANTOS, 2015).

3 PRÁTICAS DOCUMENTÁRIAS E BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA

Os dispositivos existentes no sistema de educação têm efeitos sobre as práticas documentárias nas bibliotecas universitárias. Como práticas documentárias, entendemos práticas sociais com documentos que podem variar de acordo com a área de atividade social (FROHMANN, 2001). Elas constituem e influenciam as políticas de informação dentro da biblioteca, a exemplo da política de desenvolvimento de acervo que é um dos indicadores dos instrumentos de avaliação. A definição de prioridades nas atividades dos profissionais da biblioteca e os serviços são balizados por esses dispositivos.

É importante que a biblioteca universitária se aproprie dos instrumentos de avaliação dos cursos de graduação para orientar suas políticas de informação e, conseqüentemente, as práticas documentárias necessárias para a sua consecução. Os instrumentos têm papel fundamental na determinação do foco gerencial da biblioteca, do que deriva a qualidade, a regularidade e a continuidade da oferta dos serviços documentários prestados. Dessa

maneira, a biblioteca universitária contribui para a melhoria das avaliações de desempenho da IES.

Sob outra perspectiva, estas políticas podem conduzir à adoção de uma atenção demasiada às exigências do MEC por priorizar a composição de bibliografias básica e complementar no acervo, com o risco de se afastar das demandas da comunidade local de usuários, bem como de deixar de fazer frente aos desafios conjunturais provocados por eventuais mudanças políticas, sociais e culturais, tal como ocorre recentemente.

Castro (2006) mostra a existência de uma bifurcação entre relações de poder e forças contra hegemônicas. De um lado, aqueles que governam e detêm os meios de controle de saberes e, de outro, as forças que desafiam as fronteiras demarcadas. Para o autor, a biblioteca se sedimenta nessa bifurcação de relações de poder. No contexto desta pesquisa, se por um lado, os instrumentos de avaliação do MEC favorecem a sedimentação das bibliotecas universitárias no sistema nacional de educação superior, por outro, eles tendem a universalizar práticas documentárias que não consideram diferenças, a exemplo das necessidades locais que demandam serviços e atividades específicas.

Cunha (2010) descreve a encruzilhada em que a biblioteca universitária se situa nas primeiras décadas do século XXI e defende a importância de análises prospectivas sobre a universidade, a pesquisa, o ensino e os usuários como condições essenciais para a redução das incertezas sobre o futuro da biblioteca universitária.

Oliveira e Cranchi (2017), em uma dessas análises prospectivas sobre a biblioteca universitária das instituições federais de educação superior (IFES), falam sobre os desafios ocasionados pela expansão universitária ocorrida nas últimas décadas no Brasil. As IFES ampliaram as ofertas de cursos e de vagas, substituíram seus processos de seleção por um Sistema de Seleção Unificada (SISU) e implantaram ações afirmativas. Essas mudanças favoreceram a diversificação do público discente, sobretudo do ponto de vista socioeconômico e étnico-racial, uma vez que a universidade deixou de ser frequentada exclusivamente pelas elites.

Segundo Oliveira e Cranchi (2017), a universidade é um local privilegiado para a construção de redes de sociabilidades e de interações entre práticas culturais. Por consequência, a universidade contribui para a construção de redes de produção de conhecimento e para uma formação holística dos estudantes. Neste ambiente, a biblioteca

universitária contribui para o fazer universitário, uma vez que pode promover e ampliar a competência em informação e a visão de mundo do estudante.

O afluxo à universidade aumentou e, por extensão, a biblioteca universitária passou a ser frequentada por outros públicos não familiarizados com as práticas culturais de uma biblioteca, tampouco com os hábitos de leitura de uma universidade. A universidade – e a biblioteca – não estavam (estão) preparadas para receber convenientemente esses novos públicos. A observação concreta mostra que, nas primeiras semanas do período letivo, é muito comum verificar calouros ingressarem na biblioteca universitária sem saber bem o que podem ou não fazer e/ou encontrar naquele espaço. Este público é formado, sobretudo, por jovens habituados com os usos das tecnologias de informação e comunicação, mas que não sabem aplicá-las nas bibliotecas, ou não têm competência crítica para utilizar esses recursos no contexto universitário.

Oliveira e Cranchi (2017) reconhecem o papel crucial da biblioteca universitária nas avaliações dos cursos de graduação pelo MEC, mas também mostram que ele vai além de um repositório de bibliografias básica e complementar ou ponto de acesso a redes de informação. No contexto de diversificação do público discente das universidades, os autores propõem que a biblioteca universitária seja um aparelho indispensável à possibilidade de equidade ao acesso e usos da informação bem como instrumento de promoção de cidadania para toda a comunidade universitária.

As abordagens acima permitem afirmar que a biblioteca universitária pode ser, também, um espaço e instrumento de inclusão intelectual, cultural e social cujos benefícios serão tão maiores quanto mais promoverem e incentivarem a participação dos alunos nos processos acadêmicos e na afiliação estudantil. A biblioteca universitária deve contribuir para que os estudantes sejam incluídos na universidade e na sociedade, bem como para estimular que eles sejam sujeitos críticos que também influenciem a definição de novas práticas de informação na Universidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tradicional papel da biblioteca universitária deve, hoje, passar por uma revisão para atender a outras demandas que não as exclusivamente oficiais. É importante que as IES e, conseqüentemente, as bibliotecas universitárias, orientem suas ações e práticas de maneira crítica, evitando desempenhar apenas papéis burocráticos para atender aos requisitos de

avaliação. As mudanças na conjuntura educacional e universitária trouxeram outras demandas informacionais, colocando a necessidade de discutir o papel da biblioteca no sentido de torná-la mais receptiva e inclusiva. As bibliotecas universitárias podem constituir-se em um elo importante entre os alunos e a universidade identificando melhor suas demandas.

Espera-se que a discussão ora colocada avance no sentido de delimitar, melhor, o significado das práticas documentárias nas bibliotecas universitárias. Se por um lado, as políticas educacionais devem ser analisadas no que diz respeito aos efeitos sobre as políticas de informação para as bibliotecas universitárias, por outro, as práticas documentárias em bibliotecas devem incorporar, na análise, os dados oriundos da observação da recepção dos alunos nesses ambientes, numa atitude pró-ativa. Ao se constituírem em ponto de acesso importante dos alunos dentro das universidades, as bibliotecas universitárias desempenham um importante papel de mediação e de instrumento de inclusão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto Nº. 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 dez. 2017.

BRASIL. Lei N. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei N. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, ed. extra, 26 jun. 2014.

CUNHA, Murilo Bastos. A biblioteca universitária na encruzilhada. **Datagramazero**, v. 11, n. 6, p. A07, 2010.

CASTRO, César Augusto. Biblioteca como lugar de memória e eco de conhecimento: um olhar sobre "O nome da rosa". **Revista digital de biblioteconomia e ciência da informação**, Campinas, SP, v. 4, n. esp., p. 01-20, 2006.

FROHMANN, Bernd. Discourse and documentation: some implications for pedagogy and research. **Journal of education for library and information science**, v. 42, n. 1, p. 13-26, 2001.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. O caráter seletivo das ações de informação. **Informare**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 7-30, jul./dez. 1999.

INEP. Diretoria de Avaliação e Acesso ao Ensino Superior. **Instrumento de avaliação institucional externa**: presencial e a distância: credenciamento. Brasília, DF: 2018a.

INEP. Diretoria de Avaliação e Acesso ao Ensino Superior. **Instrumento de avaliação institucional externa**: presencial e a distância: recredenciamento, transformação de organização acadêmica. Brasília, DF: 2018b.

INEP. Diretoria de Avaliação e Acesso ao Ensino Superior. **Instrumento de avaliação de cursos de graduação**: presencial e a distância: autorização. Brasília, DF: 2018c.

INEP. Diretoria de Avaliação e Acesso ao Ensino Superior. **Instrumento de avaliação de cursos de graduação**: presencial e a distância: reconhecimento e renovação de reconhecimento. Brasília, DF: 2018d.

MAIA, Luiz Cláudio Gomes; SANTOS, Maria de Souza Lima. Gestão de biblioteca universitária: análise com base nos indicadores de avaliação do MEC. **Perspectivas em ciência da informação**, Belo Horizonte, MG, v. 20, n. 2, p. 100-119, abr./jun. 2015.

OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de; CRANCHI, Daniela Carvalho. O papel da biblioteca universitária como espaço de afiliação estudantil e o bibliotecário como educador e agente inclusivo. **Informação e sociedade**: estudos, João Pessoa, PB, v. 27, n. 2, p. 35-47, maio/ago. 2017.

OLIVEIRA, Nirlei Maria. A biblioteca das instituições de ensino superior e os padrões de qualidade do MEC: uma análise preliminar. **Perspectivas em ciência da informação**, Belo Horizonte, MG, v. 7, n. 2, p. 207-221, jul./dez. 2002.

RISTOFF, Dilvo; GIOLO, Jaime. O SINAES como sistema. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 3, n. 6, 2006. Brasília, DF, v. 3, n. 6, p. 193-213, dez. 2006.